

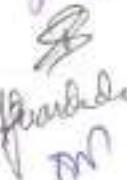
**ASSOCIAÇÃO CULTURAL
RECREATIVA E SOCIAL DE SAMUEL**

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2017

Índice

Balanço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Anexo	9
1. Identificação da Entidade	9
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	10
3. Principais Políticas Contabilísticas	10
3.1. Bases de Apresentação	10
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	12
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	17
5. Ativos Fixos Tangíveis	17
6. Empréstimos Obtidos	19
7. Inventários	19
8. Rédito	19
9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	20
10. Subsídios do Governo e apoios do Governo	20
11. Benefícios dos empregados	21
12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	22
13. Outras Informações	22
13.1. Clientes e Utentes	22
13.2. Outras contas a receber	22
13.3. Diferimentos	23
13.4. Caixa e Depósitos Bancários	23
13.5. Fundos Patrimoniais	23
13.6. Fornecedores	24
13.7. Estado e Outros Entes Públicos	24
13.8. Outras Contas a Pagar	24
13.9. Subsídios, doações e legados à exploração	25
13.10. Fornecimentos e serviços externos	25
13.11. Outros rendimentos e ganhos	25
13.12. Outros gastos e perdas	25
13.13. Resultados Financeiros	26





13.14.Acontecimentos após data de Balanço.....	26
13.15.Outras informações	27

*✓
b
ypt
S
junto ao
BR*

Balanço

Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RUBRICAS	Notas	Unidade Monetária: Euros	
		31-12-2017	31-12-2016
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	3,349,853.76	3,489,225.57
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		3,349,853.76	3,489,225.57
Ativo corrente			
Inventários	7	5,094.24	10,215.16
Clientes	13.1	21,434.25	26,117.73
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos			
Fundadores/beneméritos/patr.../doadores/associados/membros			
Outras contas a receber	13.2	200,681.88	185,060.30
Diferimentos	13.3	3,170.57	5,243.52
Outros Ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	13.4	179,811.63	8,991.17
Subtotal		410,192.57	235,627.88
Total do Ativo		3,760,046.33	3,724,853.45
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		273,942.32	273,942.32
Excedentes técnicos			
Reservas		23,390.21	23,390.21
Resultados transitados		(1,543,420.04)	(851,301.75)
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais		1,371,712.05	1,417,127.04
Resultado Líquido do período		40,053.85	(292,138.29)
Total do fundo do capital	13.5	565,678.39	571,039.53
Passivo			
Passivo não corrente			
Estado e outros Entes Públicos			
Provisões	13.7	564,215.01	
Provisões específicas	9	131,435.97	131,435.97
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar	13.8	832,042.59	871,679.61
Subtotal		1,291,662.68	
Passivo corrente			
Fornecedores	13.6	24,640.30	363,307.99
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	13.7	87,980.14	536,599.21
Fundadores/beneméritos/patr.../doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	6	31,875.51	126,309.80
Diferimentos	13.3	2,360.98	7,535.82
Outras contas a pagar	13.8	228,154.76	1,116,545.52
Outros passivos financeiros			
Subtotal		375,011.69	2,150,698.34
Total do passivo		3,194,367.94	3,153,813.92
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3,760,046.33	3,724,853.45

Samuel, 05 de março de 2018

OCP 8254

Há 2 anos de Junho Linha Gante

DIREÇÃO
Sociedade Recreativa e Social
José Carlos Almeida Botelho
Dr. Cândido de Siqueira
Fernanda Maria Coedres da Costa Gaudêlio
Paulo Henrique Vaz Pinto

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	483,263.27	451,779.48
Subsídios, doações e legados à exploração	10;13.9	1,045,461.46	832,441.68
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(166,879.88)	(144,532.10)
Fornecimentos e serviços externos	13.1	(275,054.03)	(221,086.15)
Gastos com o pessoal	11	(882,000.98)	(861,535.24)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	(2,819.39)
Provisões (aumentos/reduções)		-	(131,435.97)
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	13.11	86,503.04	131,923.88
Outros gastos e perdas	13.12	(43,489.02)	(44,566.53)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		247,803.86	10,169.66
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(162,059.38)	(163,623.65)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		85,744.48	(153,453.99)
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	13.13	(45,690.63)	(138,664.30)
Resultados antes de impostos		40,053.85	(292,118.29)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		40,053.85	(292,118.29)

Samuel, 05 de março de 2018

CCnº 8254

Engenheiro de Física Licenciado
Freguêsa de Faria Lopes Gente

Assinatura de José Carlos Almeida Borges
A Direção
José Carlos Almeida Borges
En. Engenheiro de SLU
Av. Amadora Paixão Coimbra da Boa Vista
Lisboa, Portugal
Data: 05-03-2018

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO FUNDOS PRÓPRIOS PROPOSTO EM FEVEREIRO 2018

DESCRITIVO	Referência	Exclusão Permanentes atribuídos aos bens líquidos do patrimônio líquido						Total dos Fundos Próprios
		Capital	Excedente Técnico	Reservar	Bens líquidos financeiros	Reservar legítimo	Excedente da reinvestimento	
INÍCIO NO FIM DO PERÍODO 2016	273.261,32	23.260,23	(400,00)	-	-	-	2.431.610,21	2.704.911,53
MATERIAIS NO PERÍODO								
Princípio adotado de valor inventário contabilístico:								
Adoção das políticas contabilísticas:								
Diferença da constância do inventário contabilizado. Preencher:								
Entendimento do inventário de resultados de que todos estão integrados a estruturas contábeis.								
Entendimento da necessidade de reconstituição de estruturas contábeis e estruturas contábeis diferentes.								
Entendimento de que os resultados são facilmente mensuráveis.								
RESUMO DA VARIAÇÃO DO PERÍODO								
RESUMO DIFERENCIAL								
Variação das estruturas contábeis no período:								
Variação das estruturas contábeis no período:								
Variação das estruturas contábeis no período:								
INÍCIO NO FIM DO ANO 2018	273.261,32	21.400,21	(851.300,25)	-	-	1.437.339,84	(290.100,00)	271.008,51
Total das alterações no período	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	0,00

Lançado dia 06 de maio de 2018

0046524

Sociedade Cooperativa, Lda
 José Carlos Almeida Borges
 Dr. Carlos De S Alc
 Oliveira Rosa Coordenador da Conta ajustada
 Sua Unha v. Ant.

Fazenda Pública Financeira
 Sociedade Cooperativa, Lda

ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA E SOCIAL DE SAMUEL
Suplementação aos arquivos nas reuniões ordinárias no período 2017

Saldos		Total do patrimônio líquido das entidades filiadas à entidade-mãe							Total dos fundos fiduciários	
	Detalhe	Preços	Acidentes Técnicos	Materiais Consumíveis	Reservas legais	Reservas Excedentes de revestimento	Outras transações de capital	Reservas de capital	Total	Interesses subordinados
INÍCIO DO PERÍODO 2017		27.862,11	-	(2.355,21)	(8.512,75)	-	-	3.473,117,81	(251.118,29)	871.070,51
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										571.070,51
Priéria e resultado de outras entidades controladas										
Alterações de provisões financeiras										
(1) Alterações de provisões financeiras de descontos de fornecedores										
Reversão da diferença de reavaliação de attività fixas (ativos e intangíveis)										
Correção da variação da taxa de reavaliação de reavaliação de outros tipos de ativos (taxa de câmbio e mercadorias)										
Aplicação de impostos sobre lucros e resultados de outras entidades controladas										
Outras alterações de resultados de outras entidades controladas										
RESUMO DA ALTERAÇÃO NO PERÍODO										
RESUMO DAS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO NO PERÍODO										
Passivo										
Sobredescrição e legado										
Outras operações										
ENCERRAMENTO DO ANO 2017		871.070,51	-	(1.108,21)	(1.108,21)	-	-	1.171.712,31	(251.118,29)	869.618,49

Naveira, 05 de maio de 2018.

CCB-RJ

*Assinatura de Francisco J. P. Carvalho Jr. e R. J.
José Carlos Almeida Borges
Monica Louisa Cardoso da Costa Guertado
Paulinho J. Neto.*

Fazendo a parceria financeira gente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euro

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		487,960.75	445,358.60
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apólos		(417,921.59)	(278,723.77)
Pagamentos de bolsas		(966,085.16)	(897,710.75)
Pagamento a fornecedores			
Pagamentos ao pessoal			
Caixa gerada pelas operações		(896,046.00)	(731,075.92)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		1,159,536.02	1,056,880.06
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		263,490.02	325,804.14
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(32,354.04)	(127,812.19)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento		15,450.00	45,000.00
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(16,904.04)	(82,812.19)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	6,050.08
Realizações de fundos			
Cahertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(31,516.98)	(118,238.87)
Juros e gastos similares		(44,248.54)	(138,664.30)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(75,765.52)	(250,853.09)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio		170,820.46	(7,861.14)
Caixa e seus equivalentes no início do período		-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período		8,991.17	16,852.31
		179,811.63	8,991.17

Samuel, 05 de março de 2018

CC nº 8254

*João José Francisco Gomes
Figueirido Paric Simões Gante
José Carlos Almeida Borges
M. Cardoso O. S.
Sociedade Parceria Coordenado da Costa Guardado
José Luís V. Neto*

Anexo

1. Identificação da Entidade

A Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel (ACRSS) é uma pessoa coletiva de utilidade pública, com o NIPC n.º 501 366 288 e sede na Rua Duques de Aveiro, nº 35 Coles de Samuel 3130-119 Samuel.

Foi fundada em 26 de Novembro de 1982, tendo adquirido o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), através do registo dos seus estatutos no livro nº 5 das associações de solidariedade social, folhas 45 e verso e 46, em 3 de Setembro de 1991.

A Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel tem como fim principal: a promoção social no âmbito da Segurança Social, designadamente no apoio à infância e juventude, à família, à integração social e comunitária, proteção dos cidadãos, na velhice e invalidez.

A Associação Cultural, Recreativa e Social de Samuel, tem como fins secundários o apoio ao desenvolvimento local e endógeno da região de influência, desenvolvendo por isso ações de qualificação da população ativa, no âmbito da educação e apoiando a dinamização económica de todos os setores de atividade, nomeadamente desenvolvendo ações de apoio ao emprego, para além de outras áreas de necessidade, tais como a saúde e a prestação de serviços à comunidade. Ainda a promoção cultural, recreativa e desportiva da freguesia de Samuel, podendo estender a sua intervenção a qualquer outra área de interesse coletivo, tais como a promoção da integração europeia e o desenvolvimento de relações internacionais, nomeadamente através da realização de atividades de intercâmbio e geminação, bem como a promoção da igualdade de género e de oportunidades.

O âmbito de ação da Associação Cultural, Recreativa e Social de Samuel é nacional.

São órgãos da ACRSS a Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal, cuja constituição e respetivas atribuições estão definidas nos artigos nº 24 a 38 dos estatutos da ACRSS, aprovados em Assembleia Geral a 05 de novembro de 2015. Os atuais elementos dos órgãos sociais foram eleitos em 28 de dezembro de 2014, tendo estes tomado posse em 4 de janeiro de 2015.

Em reunião do dia 20 de Fevereiro de 2017 a direção deliberou sobre a apresentação de pedido de Processo Especial de Revitalização (PER), sendo o mesmo instaurado na data de 11-03-2017. O Processo com o nº 1850/17.4T8CBR, foi aprovado, tendo transitado em julgado em 17-08-2017

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 09 de março – Bases para a apresentação das demonstrações financeiras;
- Portaria nº 105/2011m de 14 de Março – Modelo das demonstrações financeiras aplicáveis à ESNL;
- Portaria nº 106/2011, de 14 de Março de – Código das contas específicas para as ESNL;
- Aviso 6726-B/2011, de 14 de Março – Normas contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidade do sector não Lucrativo (NCRF-ESNL)
- Normas Interpretativas (NI).

*H
yay
S
Agradec
DW*

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceitual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (Notas 12.2 e 12.8) e "Diferimentos" (Nota 12.3)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas

contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

Pela situação da instituição se encontrar em PER, e existir acordo para pagamento da dívida em 108 meses, as dívidas a pessoal, fornecedores e outros credores que em 2016 se apresentavam no passivo corrente, apresentam-se agora no passivo não corrente. (Nota 13.8)

A Dívida ao Estado e Outros Entes Públicos também não é comparável, pelo fato dos valores da dívida que se encontrava em mora em 2016 e registados no passivo corrente, apresenta-se agora no passivo não corrente, pelo acordo realizado no âmbito do PER, sendo o pagamento da mesma em 150 prestações. (Nota 13.7)

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das depreciações. O custo de aquisição inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

Os gastos de financiamento relacionados com ativos tangíveis, enquanto estes se encontrarem em curso e sem que a obra esteja suspensa, são reconhecidos no valor de produção do bem.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	20 - 50
Equipamento básico	6 - 15
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	3 - 6
Outros Ativos fixos tangíveis	6 - 10

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, encontrando-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2. Inventários

Os inventários de mercadorias e matérias-primas foram valorizados pelo custo de aquisição. A Entidade adota como método do FIFO (*first in, first out*)

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas neste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advinham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

3.2.6. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos

como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos", enquanto estiverem em curso, são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Os rendimentos que advêm dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

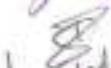
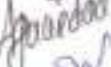
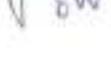
3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas. A associação não tem encargos sujeitos à tributação autónoma.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."




As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (para a Segurança Social cinco anos), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no inicio e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Terrenos e recursos naturais	193,341.28				-	193,341.28
Edifícios e outras construções	3,961,326.06	9,182.62			-	3,970,508.68
Equipamento básico	357,474.17	18,358.71			-	375,832.88
Equipamento de transporte	211,428.26				-	211,428.26
Equipamento biológico	-				-	-
Equipamento administrativo	114,564.40	473.46			-	115,037.86
Outros Ativos fixos tangíveis	71,965.72				-	71,965.72
Activos fixos tangíveis em curso	418,414.91				-	418,414.91
Total	5,328,514.80	28,014.79	-	-	-	5,356,529.59
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	994,646.63	149,192.41	-	-	-	1,143,839.04
Equipamento básico	313,548.87	11,899.18	-	-	-	325,448.05
Equipamento de transporte	211,428.26		-	-	-	211,428.26
Equipamento biológico	-		-	-	-	-
Equipamento administrativo	112,090.96	2,532.06	-	-	-	114,623.02
Outros Ativos fixos tangíveis	71,965.65		-	-	-	71,965.65
Total	1,703,680.37	163,623.65	-	-	-	1,867,304.02

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	193,341.28				-	193,341.28
Edifícios e outras construções	3,970,508.68	20,906.93			-	3,991,415.61
Equipamento básico	375,832.88	1,420.64			-	377,253.52
Equipamento de transporte	211,428.26				-	211,428.26
Equipamento biológico	-				-	-
Equipamento administrativo	115,037.86				-	115,037.86
Outros Ativos fixos tangíveis	71,965.72				-	71,965.72
Activos fixos tangíveis em curso	418,414.91	360.00			-	418,774.91
Total	5,356,529.59	22,687.57	-	-	-	5,379,217.16
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1,143,839.04	150,237.76	-	-	-	1,294,076.80
Equipamento básico	325,448.05	11,540.65	-	-	-	336,988.70
Equipamento de transporte	211,428.26		-	-	-	211,428.26
Equipamento biológico	-		-	-	-	-
Equipamento administrativo	114,623.02	280.97	-	-	-	114,903.99
Outros Ativos fixos tangíveis	71,965.65		-	-	-	71,965.65
Total	1,867,304.02	162,059.38	-	-	-	2,029,363.40

Os terrenos e o edifício de creche, propriedade da instituição encontram-se hipotecados como garantia de um empréstimo bancário no valor de 1 000 000,00 euros, na proporção de metade pelas Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal CRL. e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Baixo Mondego.

O Edifício sede, a Creche, a Lavandaria e garagens e a UCC, foram sujeitos a hipoteca a favor do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, para garantia dos acordos prestacionais de dívida existente por falta de pagamento de contribuições à segurança social.

O Edifício da UCC, o Edifício de Serroventoso e a Lavandaria e garagens foram sujeitos a hipoteca voluntária a favor da empresa Marvoense, Lda, como garantia do bom e pontual cumprimento do acordo celebrado em 16 de maio de 2014.

6. Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	31,875.51	832,042.59	863,918.10	120,259.72	871,679.61	991,939.33
Lotações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-	-	-
Contas Bancárias de Factoring	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	6,050.08	-	6,050.08
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	31,875.51	832,042.59	863,918.10	126,309.80	871,679.61	997,989.41

Em 31 de dezembro de 2017, os planos de reembolso da dívida da Entidade referentes a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2017			2016		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	31,875.51	-	31,875.51	120,259.72	-	120,259.72
De um a cinco anos	465,173.69	-	465,173.69	400,408.74	-	400,408.74
Mais de cinco anos	366,870.20	-	366,870.20	471,270.87	-	471,270.87
Total	863,919.40	-	863,919.40	991,939.33	-	991,939.33

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2016	Compras	Reclassificação e regularizações	Inventário em 31-Dec-2016	Compras	Reclassificação e regularizações	Inventário em 31-Dec-2017
Mercadorias	1,112.03	15,338.57	(186.12)	1,061.88	8,750.07	(105.47)	572.12
Materias-primas, subprodutos e de consumo	8,975.50	130,713.61	(1,206.33)	9,153.28	153,360.83	(215.47)	4,522.12
Produtos Acabados e Intermediários	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
Total	10,087.53	146,052.18	(1,392.45)	10,715.16	162,619.80	(860.94)	5,054.24
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				144,532.10			186,879.88
Variações nos inventários da produção				-			-

8. Rérito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réritos:

Descrição	2017	2016
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	483,263.27	451,779.48
Quotas dos utilizadores	483,263.27	451,779.48
Quotas e Jóias	-	-
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocionadores e colaborações	-	-
...	-	-
Juros	-	-
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	483,263.27	451,779.48

9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2016 e 2017, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2016	Aumentos	Diminuições	2017
Impostos	-	-	-	-
Garantias a clientes	-	-	-	-
Processos judiciais em curso	-	-	-	-
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	-	-	-	-
Matérias ambientais	-	-	-	-
Contratos onerosos	-	-	-	-
Reestruturação	-	-	-	-
Outras provisões	131,435.97	-	-	131,435.97
Total	131,435.97	-	-	131,435.97
Provisões específicas do sector	-	-	-	-

10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo	823,248.17	781,543.06
ISS	788,876.43	744,053.22
IEFP	34,371.74	37,489.84
IEFP - POPH		
...		
Apoios do Governo	-	-
Designação do Apoio A	-	-
Designação do Apoio B	-	-
Designação do Apoio C	-	-
...	-	-
Total	823,248.17	781,543.06

Descrição	2017	2016
Subsídios de outras entidades	222,213.29	50,898.62
Município de Soure	17,950.00	19,620.00
Junta Freguesia de Samuel	1,515.00	4,881.90
ARS	202,748.29	26,396.72
FSE - POPH		
Doações	-	-
Heranças	-	-
Legados	-	-
...	-	-

11. Benefícios dos empregados

Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de 65 e em 31/12/2016 foi de 80.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	684,640.54	703,294.81
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	38,512.34	-
Encargos sobre as Remunerações	151,262.28	148,858.20
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	6,265.82	8,414.53
Gastos de Ação Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	1,320.00	967.70
Total	882,000.98	861,535.24

12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade apresenta dívidas ao Estado com plano prestacional aprovado com 150 prestações. A entidade apresenta dívidas aos trabalhadores à data de 31 de dezembro de 2017, referente a subsídio de natal, subsídio de férias, remuneração base de dezembro de 2016 e janeiro de 2017, estes valores encontram-se reconhecido no PER.

13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

13.1. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c	28,872.78	34,612.48
Clientes	2,367.94	2,765.57
Utentes	26,504.84	31,846.91
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	7,438.53	8,494.75
Clientes	-	-
Utentes	7,438.53	8,494.75
Total	21,434.25	26,117.73

Nos períodos de 2017 e 2016 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Perdas por Imparidade do período

Descrição	2017	2016
Clientes	-	-
Utentes	-	(2,819.39)
Total	-	(2,819.39)

13.2. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos ao pessoal	256.00	256.00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	3,871.23	4,231.23
Devedores por acréscimos de rendimentos	8,952.50	6,440.00
...		
Outros Devedores	187,602.15	152,108.73
Perdas por imparidade	-	-
Total	200,681.88	163,035.96

13.3. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Outros gastos diferidos	-	409.37
Seguros	3,170.57	4,834.15
...	-	-
Total	3,170.57	5,243.52
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios para anos seguintes	2,360.98	7,535.82
...	-	-
...	-	-
Total	2,360.98	7,535.82

13.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Caixa	778.90	154.04
Depósitos à ordem	179,032.73	8,837.13
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
Total	179,811.63	8,991.17

13.5. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	273,942.32			273,942.32
Excedentes técnicos	-			-
Reservas	23,390.21			23,390.21
Resultados transitados	(851,301.75)		(292,118.29)	(1,143,420.04)
Excedentes de revalorização	-			-
Outras variações nos fundos patrimoniais	1,417,127.04	15,450.00	(60,864.99)	1,371,712.05
Resultados Líquidos do Período	(292,118.29)	332,172.14		40,053.85
Total	571,039.53	347,622.14	(352,983.28)	565,678.39

13.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	24,640.30	363,307.99
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	24,640.30	363,307.99

13.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Estado e Outros Entes Públicos



Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	-	-
Passivo Corrente		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1,019.57	1,439.46
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	13,716.10	3,803.20
Segurança Social	73,244.47	531,356.55
Outros Impostos e Taxas	-	-
Passivo não Corrente		
PER - Segurança social	478,681.23	
PER - IGSSS LCAES	85,533.78	
Total	652,195.15	536,599.21

A segurança social, inclui 93 084,71€, referente à dívida que transitou da Caixa Económica Montepio Geral (Linhas de Crédito de Apoio à Economia Social).

13.8. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	123,790.15	46,639.11	-	84,807.20
Remunerações a pagar	123,790.15	46,639.11	-	84,807.20
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	387,651.95	14,909.68	-	412,588.10
Credores por acréscimos de gastos	753,633.26	132,083.94	-	545,674.36
Outros credores	26,587.32	34,522.03	-	183,287.49
	-	-	-	-
Total	1,291,662.68	228,154.76	-	1,226,357.15

13.9. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016 os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios de outras entidades	222,213.29	50,898.62
Município de Soure	17,950.00	19,620.00
Junta Freguesia de Samuel	1,515.00	4,881.90
ARS	202,748.29	26,396.72
FSE - POPH	-	-
Doações	-	-

13.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	153,312.95	88,995.52
Materiais	5,325.56	9,867.07
Energia e fluidos	83,062.33	83,794.03
Deslocações, estadas e transportes	24.00	109.25
Serviços diversos	33,329.19	38,320.28
---	-	-
---	-	-
---	-	-
Total	275,054.03	221,086.15

13.11. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	14,517.70	32,901.37
Descontos de pronto pagamento obtidos	73.66	
Recuperação de dívidas a receber	1,056.22	178.30
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	5,925.86	4,030.70
Outros rendimentos e ganhos	64,929.60	94,813.51
Total	86,503.04	131,923.88

13.12. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	1,170.14	1,716.93
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros		
Gastos e perdas investimentos não financeiros		
Outros Gastos e Perdas	42,318.88	42,849.60
Total	43,489.02	44,566.53

13.13. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	44,248.54	131,983.89
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento	1,442.09	6,680.41
Total	45,690.63	138,664.30
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos		-
Dividendos obtidos		-
Outros rendimentos similares		-
Total	-	-
Resultados financeiros	(45,690.63)	(138,664.30)

13.14. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela direção da instituição em 05 de março de 2018.

13.15. Outras informações

A Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel (ACRSS) cumpriu 81% do seu Plano de Atividades estabelecido para 2017.

Em termos financeiros executou 109% de rendimentos e 95% de gastos previstos na Conta de Exploração Previsional.

Coles de Samuel, 05 de março de 2018

CC nº 8254

A Direção

*Luisa Góes Sereira
José Carlos Almeida Borges
Eduardo de S.L.R.
Afonso Rosa Cardoso da Costa Pinto
Paulo V. Maf*